

CAPÍTULO 01

VINTE E CINCO ANOS NOS RASTROS, TRILHAS E RISCOS DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS SITUADAS

Mary Jane Spink; Benedito Medrado e Ricardo Pimentel Mello

*Jubileu de prata
Luz em cascata
Explosão de alegria
Multidão na folia
Por todo lado
De fio a pavio
O frevo eletrizado
A loucura do trio*

O trecho acima foi extraído de uma música (dos velhos e bons carnavais baianos) composta por Dodô e Osmar, que comemora os 25 anos (jubileu de prata) de criação do trio elétrico. Depois de tantos carnavais, cá estamos também comemorando nosso jubileu da forma como mais nos agrada: produzindo **práticas discursivas**¹ e estimulando movimentos, transições e outras formas de olhar o passado, de olho no futuro. Esse é o nosso presente... de aniversário, que “[...] começa a ganhar contorno quando começa a ser contada” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 27).

Assim, o objetivo deste capítulo é narrar (no sentido de inventar e compartilhar) os percursos de nossas pesquisas. São rupturas e permanências que caracterizam nossa história, nesses 25 anos em

¹ Os termos destacados em negrito estão definidos no Glossário de conceitos.

que constituímos essa rede de pesquisadores/as que inclui o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e o grupo homônimo, cadastrado no Diretório de Pesquisa do CNPq. Nesses dois espaços, tecemos as redes de pesquisadores/as por este país afora, que se laçam entre desvios, curvas e riscos, com a agregação de colegas de áreas diversas, estudantes, orientandos, livros, textos teses, dissertações, monografias, encontros etc.

Vale lembrar que 1989 foi um ano marcado por eventos importantes para a história, em seu tempo longo, tais como: a queda do muro de Berlim; o encontro dos presidentes George H. W. Bush e Mikhail Gorbachev, anunciando o fim da Guerra Fria; no Brasil, a primeira eleição direta para presidente, após a ditadura militar; a inauguração do Memorial da América Latina, entre tantos outros.

Nessas duas décadas e meia, também vimos inúmeros movimentos sociais se organizarem como forma de resistência a linguagens e estruturas sociais hegemônicas, buscando linhas de fuga mais criativas e solidárias, bem como a institucionalização e expansão das ciências (inclusive as humanas). Assim, vimos o incentivo à formação em pós-graduação no Brasil, que se ampliou não só em números, mas também como movimentos crescentes que se debatem desconfortáveis diante da instrumentalização da produção acadêmica. Rituais que nos sujeitam a requisitos universais de produtividade (quantidade de orientando e artigos publicados), eficiência (estar ao mesmo tempo dando aulas, pesquisando, participando de atividades de extensão, organizando eventos etc.) e rigor metodológico (abafando a criatividade em nome das normas).²

Ainda que reconheçamos a implicação de vários desses eventos no modo como produzimos nossas experimentações e pesquisas, não pretendemos, nesta introdução, dedicar-nos à impossível tarefa de descrever o passado, em busca do elo perdido do fato exato. Como bem argumenta o historiador Durval Albuquerque Júnior, a história

² Sobre rigor metodológico, recomendamos a leitura do texto de Spink, M. J e Menegon (1999). Esta obra pode ser encontrada em versão digital: <<http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=261>>. Acesso em: 05 maio. 2014.

não nos revela, não apazigua, mas sim produz dúvidas, coloca e recoloca problemas sem a intenção de resolvê-los ou eliminá-los:

A história não é um ritual de apaziguamento, mas de devoração, de despedaçamento. Ela não é bálsamo, é fogueira que reduz a cinzas nossas verdades estabelecidas, que solta fagulhas de dúvidas, que não torna as coisas claras, que não dissipa a fumaça do passado, mas busca entender como esta fumaça se produziu (2007, p. 354).

Assim, nos colocamos este desafio de escrever o nosso momento, atando os laços daquilo que conhecemos como experiência: o que nos permite presentificar todos os tempos. Nossa memória não é prova de refúgio do interior de um grupo monolítico. Aqui buscamos retomar a arte do contar, ao invés de buscar explicações que construam uma história coerente. O objetivo é estimular mais estranhamentos do que coerências, ao nos mostrarmos como uma rede diversa de pesquisadores/as, com materiais permeados de temas, teorias e metodologias por *de-vir*.

Não é também uma “autorreflexão”, como se achássemos que um “exame na consciência” nos aliviaria de ver nossas incoerências, ou vê-las como débito com a verdade científica, o que, por fim, nos traria redenção acadêmica. Portanto, o que aqui contamos “[...] é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de ‘tempo de agora’” (BENJAMIN, 2012, p. 249). Não temos, também, qualquer compromisso com o futuro em seus produtos, mas sim em seus movimentos. Colocamo-nos como Eduardo Galeano, que, em junho de 2011, ao participar de uma das mais emblemáticas manifestações espanholas na Praça da Catalunha, produziu uma bela síntese:

Ao ser interpelado pelos jovens sobre o que estava por vir, Galeano, entre lúcido e gaiato, alertava que não seria possível fazer tal previsão, naquele momento: “E depois? O que vai ser disso? E eu simplesmente respondo o que nasce da minha experiência e digo: “Bom... nada! Não sei o que vai acontecer! E tampouco me importa o que

vai acontecer! A mim importa o que está acontecendo. A mim importa o tempo que é” (LARANGEIRA, 2014).³

Não se trata aqui de uma posição acrítica ou irresponsável, mas sobretudo de reconhecer nossa imponderabilidade frente ao futuro e, ao mesmo tempo, reafirmar o compromisso com o movimento, com a transformação, com as resistências.

Rupturas e permanências nos modos de fazer pesquisa

Em uma epistemologia realista, na qual a ciência *re-apresenta* a realidade, o “método” é o caminho seguro para chegarmos a um tipo de conhecimento que tem a realidade como baliza. Nesse enquadre, as questões de método remetem à validade dos procedimentos, ao seu carácter de fidedignidade, à elaboração de leis gerais sobre os fenômenos que estudamos.

Porém, se levarmos a sério a proposta de que as realidades são construídas em/por nossas práticas, teríamos que concordar, também, que as diferentes maneiras de fazer pesquisa produzem diferentes realidades. Já havíamos apresentado esse argumento a partir de uma perspectiva de **psicologia discursiva**, sugerindo que métodos são **linguagens sociais** (SPINK, M.J., 2003). Ou seja, propondo que diferentes tradições de pesquisa, com distintos **pressupostos ontológicos**, desenvolvem linguagens que lhe são mais apropriadas.

Vejamos, seria possível fazer uma pesquisa de demografia sem números? Sem estabelecer conexão entre variáveis passíveis de serem traduzidas em números (por exemplo, classe, sexo, idade)? Certamente, nesse contexto, assim como na epidemiologia, a estatística é uma ferramenta útil para sistematizar (sem necessariamente compreender ou explicar) problemas complexos. Possibilita responder questões que têm implicações políticas:

³ Tradução livre. Eduardo Galeano. Entrevista concedida à Acampada de Barcelona, na praça Catalunya, em Barcelona, dia 21/06/2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=aVQPvBwgUUG&feature=share>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

quantos negros são pobres? Como classe social está associada ao nível de educação? Qual o índice de morte violenta entre jovens? Questões candentes que, de posse de indicadores numéricos, possibilitam traçar políticas e reorientar orçamentos públicos.

Porém, precisamos ser críticos em relação aos números. Qual é a relação entre os números e os fenômenos que supostamente medem? Que categorias foram escolhidas? Como foram selecionadas e construídas as ferramentas que fabricam os resultados? Qual a amostra utilizada? Afinal, números, estatísticas, réguas, categorias, classificações são todos produtos sociais, artefatos retóricos. E essa é a questão que frequentemente fica obscurecida pela magia dos números.

Infelizmente nossa cultura atribui facticidade às estatísticas, isto é, presume que sejam fatos. Tendemos a ver as estatísticas como pequenas pepitas de verdades que descobrimos tal como colecionadores de pedras encontram suas gemas. Afinal, ponderamos, a estatística é um número, e os números parecem ser sólidos, fáticos, prova de que alguém deve ter efetivamente contado algo. Mas esta é a questão: alguém teve que contar. Seria melhor pensar as estatísticas como joias: as joias têm que ser selecionadas, cortadas, polidas e colocadas em encaixes de modo a poderem ser vistas a partir de diferentes ângulos. De modo semelhante, as pessoas criam estatísticas; escolhem o que contar, como contar, e quais números daí resultantes serão compartilhados com outras pessoas. Os números não existem independentemente das pessoas; entender os números requer saber quem contou o quê, e por que (BEST, 2002, p. 1).

Joel Best é sociólogo e tem várias publicações problematizando o uso de estatísticas. Seu livro mais famoso tem por título *Damned lies and statistics: untangling numbers from the media, politicians, and activists* (2001). Não se trata de cinismo, nem de desmerecer a relevância que as estatísticas têm em nossas formas de organizar a vida coletiva. Afinal, muitos riscos foram fabricados pelas “indústrias dos números”, mas também alguns foram prevenidos ou

evitados. Contudo, Best aponta reiteradamente que precisamos ser críticos ao olhar os números, pois são sempre produtos das escolhas que fazemos: escolher entre definir uma categoria de forma ampla ou restrita, escolher um tipo de medida ou outro, a escolha da amostra.

A possibilidade de traduzir fenômenos em linguagem matemática tem longa tradição, que remonta, pelo menos, aos primórdios da ciência moderna na Renascença. Galileu, por exemplo, afirmava:

A filosofia encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre perante nossos olhos (isto é, o universo), que não se pode compreender antes de entender a língua e conhecer os caracteres com os quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem os quais é impossível entender humanamente as palavras; sem eles nós vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto (GALILEU *apud* PEREIRA, 1993, p. 36).

Porém, essa não é a única tradição de pesquisa. G. Von Wright (1979) propõe que pensemos algumas controvérsias sobre modos atuais de se fazer ciência, a partir de duas tradições. Uma, por ele denominada “galiléica”, tende a ser associada ao que, em termos bastante genéricos, denominamos “positivismo”. Wright destaca três características do positivismo:

Um dos princípios básicos do positivismo é o *monismo metodológico*, ou a ideia da unidade do método científico aplicada à diversidade de temas da investigação científica. Um segundo princípio é a visão de que as ciências naturais exatas, e em particular a Física Matemática, definem o ideal metodológico ou o padrão que mede o grau de desenvolvimento e de perfeição das demais ciências, incluindo as humanidades. Finalmente, um terceiro princípio é a visão característica de explicação científica: que a explicação é, num sentido geral, “causal”. Consiste, mais especificamente, em subsumir casos individuais em leis gerais da natureza,

hipoteticamente assumidas, incluindo aí a “natureza humana” (VON WRIGHT, 1979, p. 12-13).

A outra tradição é mais recente e está associada à emergência das chamadas ciências humanas no século XIX, muitas das quais buscavam compreender, ao invés de explicar, os fenômenos em estudo. Considerando que a tradição galiléica associada às ciências da natureza já estava bastante consolidada, a relação entre os dois ramos da ciência tornou-se palco de acirrados debates.

Se aceitarmos a clivagem metodológica de base entre as ciências naturais e as *Geisteswissenschaften*⁴ históricas, a questão que imediatamente emerge é como posicionar aí as ciências sociais e comportamentais. Essas ciências nasceram em grande medida sob a pressão cruzada das tendências positivistas e antipositivistas do século passado. Não surpreende, portanto, que tenham se tornado um campo de batalha para as duas tendências da filosofia do método científico (VON WRIGHT, 1979, p. 14).

Tradições não são, contudo, necessariamente permanentes e nem livres de controvérsias. Tomemos como exemplo a geografia, área com a qual a psicologia social vem estabelecendo ricos debates decorrentes da necessidade de definir o que vem a ser “lugar” nas pesquisas de tipo etnográfico. Como tantas outras disciplinas desse grande conglomerado que chamamos de ciências humanas, a geografia, no período após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, na década de 1950, buscou aportes quantitativos.

A busca de quantificação foi um movimento bastante geral nesse período. Várias frentes de teorização nas ciências humanas desenvolveram programas de pesquisa passíveis de serem quantificados. A teoria dos jogos de von Neumann e Morgenstein na área da economia; a teoria de campo de Kurt Lewin; os estudos de mídia e comunicação liderados por Paul Lazarsfeld, influentes no

⁴ *Geisteswissenschaften* foi o termo introduzido por Wilhem Dilthey para denominar o conjunto de disciplinas que se pautavam mais pela compreensão do que pela explicação.

desenvolvimento dos *surveys* e pesquisas de opinião, são ilustrativos desse movimento de matematização das ciências sociais.

No caso da geografia, a tendência quantitativa levou a concepções de espaço empírico-física, entendido a partir da geometria euclidiana, sugerindo que este podia ser pensado sem levar em conta as maneiras como pessoas circulavam por eles. De acordo com Phil Hubbard e Rob Kitchin: “Nas décadas de 1950 e 1960 esta concepção de espaço foi redefinida por vários profissionais que procuravam reconfigurar a geografia como ciência positiva, procurando construir teorias de ‘leis espaciais’ com base em análises estatísticas” (2011, p. 5).

Pesquisa como artesanato e não como produção industrial

Outras vertentes de teorização sobre espaço levaram a conceitua-lo a partir das experiências vividas pelas pessoas. Aspectos como as maneiras de usar o espaço, os afetos associados ao espaço vivido, a relação com os objetos que também configuram um espaço, os **sentidos** de lugar para quem vive ou transita por lá, logo se fizeram presentes nas teorizações. Assim, também a geografia precisou enfrentar a batalha entre formas experimentais de ciência e vertentes voltadas à compreensão do espaço na vivência cotidiana.

Porém, distintas tradições desenvolvem modos de comunicação, ou seja, linguagens sociais, que têm seus próprios pressupostos teóricos, epistemológicos e ontológicos. Certamente essas linguagens sociais são relevantes e, durante longo período de tempo, as pesquisas realizadas no contexto do Núcleo tiveram por foco a produção de sentidos na vida cotidiana por meio da análise de práticas discursivas. As interações face a face tiveram um lugar especial nessa fase e delas derivaram modos de trabalhar com entrevistas e grupos coerentes com o enquadre teórico da psicologia discursiva desenvolvida no nosso Núcleo. Também foram desenvolvidos modos de analisar essas práticas discursivas, com uso de ferramentas para estudos dos processos dialógicos de produção de sentidos (os mapas dialógicos) e de análise da produção dos repertórios linguísticos (capítulos 11 e 12). Esses modos de fazer pesquisa, ainda vigentes nas produções vinculadas

ao Núcleo (vide capítulos 3, 4, 9, 11 e 12 deste livro), estavam assentados em pressupostos ontológicos e epistemológicos que foram apresentados e ilustrados com exemplos no livro *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*, publicado pela Editora Cortez em 1999 e agora disponível em acesso aberto no *site* do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (SPINK, M.J., 1999; 2013).

No presente livro, também adotamos a leitura ampliada sobre práticas discursivas, compreendidas para além das interações face a face, incorporando assim leituras sobre documentos de domínio público (vide capítulo 10), mídia (capítulo 9). Nesse enquadre das teorizações sobre práticas discursivas, essas modalidades fazem circular repertórios linguísticos que são, ao mesmo tempo, reiterações de modos de pensar a realidade e formas de criação de outras realidades, produzidas na relação do pesquisador com o “**campo-tema**”.

Outras experiências de pesquisa e outros arcabouços teóricos geraram demandas metodológicas particulares. Algumas pesquisas vinculadas ao nosso Núcleo de pesquisa passaram a priorizar as interações tal como ocorrem em contextos locais, propiciando aproximações com os métodos etnográficos da antropologia. Trata-se de pesquisar *no* cotidiano; no fluxo dos acontecimentos. E, nesse caso, a troca do pronome (relativo a um substantivo presumido) pelo advérbio (relativo a um verbo, uma ação) é fundamental:

Se pesquisarmos o cotidiano, estabeleceremos a clássica separação entre pesquisador e seu objeto de pesquisa. Mas, se pesquisarmos no cotidiano, seremos participantes dessas ações que se desenrolam em espaços de convivência mais ou menos públicos. Fazemos parte do fluxo de ações; somos parte dessa comunidade e compartilhos de normas e expectativas que nos permitem pressupor uma compreensão compartilhada dessas interações (SPINK, M.J., 2007, p. 34).

Vários capítulos deste livro discutem aspectos relacionados a pesquisar *no* cotidiano, especialmente os capítulos 5, 6, 7 e 8.

Quanto à ampliação teórica, tiveram impacto, sobretudo, os aportes de autores/as vinculados/as direta ou indiretamente à teoria **ator-rede**, a TAR. O livro sobre práticas discursivas, já mencionado, marcava a afiliação às **perspectivas construcionistas** que aprimoravam nossa sensibilidade histórica. Consequentemente, parte de nossos esforços de pesquisa eram voltados aos processos de construção de certos fenômenos, como as classificações e desigualdades fundamentadas em gênero e/ou sexualidade, os sentidos historicamente associados a certas doenças (como o câncer), a emergência de políticas públicas voltadas ao controle do tabaco, a gestão dos riscos, as maneiras de lidar com a pobreza e a crescente familiaridade com desastres ambientais.

Vale apontar que usamos preferencialmente a expressão “perspectivas construcionistas” como estratégia para evidenciar que há uma diversidade de maneiras de se posicionar no debate ontológico não realista. Não se trata de uma teoria e, como bem apontou Danzinger (1997), há uma diversidade de abordagens construcionistas ou mais precisamente “movimentos construcionistas”, como prefere Tomas Ibáñez (2001).⁵ Porém, todas essas posturas compartilham uma desconfiança sobre a natureza pré-discursiva de qualquer objeto social: tais como gênero, classe social, raça, loucura etc.

Nesse desafio em particular, Michel Foucault tem sido um companheiro especial, seja pela via de suas leituras sobre processos de governamentalidade que produzem diversas formas de regulação e gestão da vida e de riscos, seja pela complexa leitura sobre biopoder que institui práticas cotidianas, mas também saberes biomédicos como matriz e horizontes ou em sua leitura sobre jogos de poder e processos de subjetivação (FOUCAULT, 1979; 1999; 2008).

De maneira geral, poderíamos dizer que as abordagens construcionistas são um convite a questionar o que foi instituído.

⁵ Em seu livro *Construcionismo social*, Kenneth Gergen (2007) usa também a expressão “movimento construcionista” para se referir a um conjunto de pesquisadores/as, não necessariamente em rede, que vem se dedicando a produzir informações sobre o modo como produzimos conhecimento. Entre eles, cita Celia Kitzinger, Ian Parker, Mary Gergen, Jonathan Potter, Margaret Wetherell, Tuula Gordon, Janet Holland, Valerie Walkerdine e Tomás Ibáñez.

Como afirma Ian Hacking (2001), o X (um fenômeno qualquer) não precisaria ser como é, portanto, trata-se de entender a historicidade (condições de possibilidades) de nossas práticas e das teorias que construímos sobre elas, situando-as como produtos humanos histórica e socialmente localizados. Mas não é simples. Requer questionar e abrir mão do realismo, entendendo nossas vidas como construções humanas que se tornam fatos por causa de processos sociais que compete a nós, cientistas sociais, estudar.

Requer, ainda, romper com a dualidade mente-corpo que sustenta a mais poderosa metáfora de nosso fazer em ciência em geral e em psicologia, em particular: a existência de uma mente (interior) que pensa o mundo (exterior) e que o cinde em sujeito e objeto. Requer, finalmente, que rompamos com outras dicotomias secundárias, como a que cinde o mundo social e natural, situando um na esfera das trocas simbólicas e o outro na objetividade da matéria. E, obviamente, nesses processos de desfamiliarização daquilo que foi instituído como verdade a linguagem tem um lugar importante.

Nesse sentido, leituras que propõe uma ruptura radical com a noção tradicional de sujeito também nos têm sido bastante úteis. Cabe aqui destaque ao uso do conceito de performatividade, originalmente proposto por John Austin, a partir de expansão da noção de “atos de fala”, posteriormente apropriada por autoras como Annemarie Mol e Judith Butler. Como diz Miguel Vale de Almeida, com performatividade, Butler rompe com a noção tradicional de sujeito e aposta na “produção de si”, construída no discurso e pelos atos que induz/produz/performa. Segundo esse autor, a produção de verdades (sobre si, sobre o mundo...) é uma sequência de atos, na qual não existe um “performer” ou “ator preexistente que faz os atos”; daí a importância de se fazer a distinção entre performance (que pressupõe a existência de um sujeito) e performatividade (não pressupõe um sujeito, antes o faz).

Porém, é preciso reconhecer que as construções históricas sobre verdades nem sempre geram narrativas hegemônicas. Há muitas versões em circulação que não necessariamente competem entre si. Diferentes versões podem circular dependendo de quais elementos de uma rede heterogênea de **atuantes** (ou **actantes**) estão presentes na situação. A filósofa Annemarie Mol (1999) usa o exemplo da anemia para ilustrar a concomitância dessas múltiplas versões.

Cada situação, com seus respectivos actantes, humanos e não-humanos, criam a anemia de formas distintas (mas nem sempre incompatíveis). Mol fala de três usos da anemia nos serviços de saúde.

Numa primeira versão, o paciente, no consultório relata seus sintomas. O médico faz perguntas e relaciona sinais físicos (como a cor da membrana que cerca os olhos) com aqueles relatados pelo paciente. Esse é, pois, o uso clínico da anemia. Mas outras coisas são feitas no contexto da atenção à saúde, por exemplo, a medição dos níveis de hemoglobina. E, nesse caso, métodos estatísticos são utilizados para situar os níveis de um dado paciente e fazer o diagnóstico. Esse é o uso laboratorial da anemia. E há ainda uma terceira modalidade: o uso do método fisiopatológico que depende de encontrar, para cada pessoa, o nível de hemoglobina suficiente para transportar oxigênio para o corpo de forma adequada.

Como se relacionam esses três tipos de usos da anemia? Nos textos científicos a anemia é descrita como um desvio singular dos níveis de hemoglobina. Não há muita discussão sobre seus sintomas, apenas alguns desacordos sobre os métodos de diagnóstico utilizados em cada contexto. Essas três formas de anemia têm coexistido por várias décadas e não há sinais de que isso esteja mudando. Ou seja, trata-se de várias anemias e não de diferentes perspectivas vistas por diferentes pessoas: uma mesma pessoa pode passear, no seu cotidiano de trabalho, colocando em prática certa maneira de anemia diferente de outra, fazendo com que a anemia assuma “diferentes formas”, “diferentes versões”, portanto, constituindo diferentes práticas em torno de uma situação (MOL, 1999).

De uma ontologia construcionista, portanto, passamos pelas mãos de Mol a pensar em “ontologias políticas”. A autora emprega esse termo para enfatizar que o “real” está implicado na política e vice-versa. Ontologia, em termos filosóficos, define o que pertence ao “real”; define as condições de possibilidade em que vivemos. O uso do termo composto sugere que as condições de possibilidade não estão dadas. Nas palavras de Mol, “[...] a realidade não precede as práticas do mundo no qual nós interagimos, mas ela é re-moldada por essas práticas. Assim, o termo *políticas* permite referir-se a este

tipo ativo de processo de moldagem e o fato de que seu caráter é tanto aberto como contestado” (1999, p. 75).

Essa orientação teórica, ontológica e epistemológica gera alguns desafios que nos levam a propor que é possível avançar em quatro direções distintas. Primeiramente, podemos avançar na incorporação de aspectos não linguísticos, especialmente naqueles que permitem o rompimento da dicotomia entre humanos e não humanos. Ou seja, precisamos levar em conta materiais que permeiam todas essas trocas linguísticas. Há exemplos dessa maneira de trabalhar em pesquisa no capítulo 7, que versa sobre redes heterogêneas.

Mas é preciso também incorporar em nossas pesquisas discussões sobre “poder”. Aqui a questão é mais delicada porque, por exemplo, é preciso nos determos na polêmica sobre quem tem o direito ou o privilégio de interpretar e, ao interpretar, o que é ou não legitimado. Ou seja, nessa dimensão, precisamos refletir sobre ética. Há muitos debates sobre esse tema. De um lado, temos as regras de procedimentos associados ao campo da bioética, que, conforme apontado no capítulo 2, formatam as práticas atuais associadas aos Comitês de Ética em Pesquisa. Porém há questões mais sutis, que se fazem presentes a partir de nossas incursões nos lugares de pesquisa e nas relações com nossos interlocutores. É aqui que se abrem espaços para se perguntar sobre autoria. Afinal, que “direito” temos de interpretar o que nossos interlocutores nos falam? Sem dúvida um debate que advém da metade do século XX, com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, que acabou tencionando algo que aparece em nossos trabalhos de pesquisa: o valor da autonomia individual (direitos individuais) e o valor da igualdade de oportunidades (direitos sociais). Ou seja, a linguagem dos direitos passou a se “estabilizar” em nossas pesquisas sobre o formato (duvidoso) de uma ética.

Precisamos avançar, também, em uma terceira direção: como lidar com as diferentes “versões” de “realidade”? Isso nos leva a trabalhar com a complexidade que está presente no cotidiano, nas nossas práticas de pesquisa, que são pontos de encontro (ou de dispersão) de vários ordenamentos cujas conexões são parciais. Esse é um avanço necessário para quem está trabalhando com fenômenos que envolvem matrizes de atores e atrizes (humanos/as e não

humanos/as) extremamente complexas, como as que exemplificamos como nossos modos de fazer pesquisa neste livro.

E há ainda um quarto desafio em que precisamos nos lançar: se nós estamos falando de movimento e de fluxo, então a “realidade” não pode ser observada, não pode ser capturada, não pode ser simplificada como se fosse um instantâneo fotográfico, assim como os chamados “dados” não podem ser colhidos ou coletados num campo verdejante, natural, chamado “realidade”. Isso nos traz problemas (ainda bem!). Se nós não podemos capturar o fluxo, como é que podemos dar conta dos nossos compromissos acadêmicos, da prestação de contas às agências financiadoras à produção de relatórios de pesquisa? Ou seja, o grande problema é como relatar complexidades que estão em curso, especialmente nos dias de hoje, em que o fazer científico passou a ser regulado por procedimentos e instrumentos, *a priori* definidos como éticos (tal como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Trata-se de tensões que estão presentes nas teorizações contemporâneas sobre pesquisa que se autointitula crítica.

Pesquisamos para quê?

As multiplicidades da vida – seguidas das obrigações burocráticas, coações temporais, financeiras e até teórico-metodológicas – seriam, a nosso ver, o que nos move nessa adrenalina de não serenar em um “porto seguro” de uma teoria ou metodologia. Mas não é só isso o que nos move a tornar nossa vida inseparável dos nossos modos de pesquisar e seguir em frente.

Terminamos dizendo que entendemos a importância de volatilizar a vida, de expandi-la. Durante esse 1/4 de século confundimos, em nossa convivência, trabalho com lazer e prazer, levando às últimas consequências a ideia inscrita na expressão latouriana “existe vida em laboratório”. Ou seja, estendemos ao incomensurável as nossas maneiras de viver, “viajar teórica e metodologicamente” e alterar “pontos, curvas e traços de vista”. Assim, alterar não só a vista, mas as caras, as bocas, enfim, quaisquer que sejam os pontos que se corporifiquem em uma rede sem órgãos predefinidos.

Deu pra entender o que nos move em nossos estudos e pesquisas? Nós fazemos e nos dedicamos a isso pelo prazer e amizade que nos levam a conviver pela e na diferença. Durval Albuquerque Junior (2007) foi brilhante ao dizer que a maior conquista de qualquer pensamento, de qualquer escrita, de qualquer atividade profissional é a amizade.

Creio que escrevemos para fazer conquistas, para seduzir os leitores, para fazer amigos, para nos tornar amigos, porque não dizer amantes no pensamento e do pensamento. Espero que cada texto seja tomado como um gesto de carinho, mesmo na crítica mais dura, pois a crítica sincera é a base de qualquer amizade (p .09).

É esse dispositivo (de amizade, de vínculo, de rede) que nos permite a experimentação nos modos de pesquisar. Participar de pesquisas sob essa perspectiva é sempre estranhar o modo como se está sendo. É estranhar as nossas formas de conhecer. É reconhecer que método não é o meio de acessar algo, mas sim de se (re)construir no que estudamos e pesquisamos.

Ficamos por aqui, convidando-lhe para continuar lendo os demais textos, não como respostas definitivas às questões de pesquisa e metodologia, mas como instigantes ventos que sopram nos tocando de alguma forma como brisas que nos refrescam e reanimam ou como furacões que nos deslocam das nossas confortáveis – mas sempre parciais, precárias e provisórias – versões sobre fazer pesquisa.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História. A arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Do feminismo a Judith Butler*. Conferência, Ciclo “Pensamento Crítico Contemporâneo”, Le Monde Diplomatique / Fábrica Braço de Prata, 5 de Abril de 2008. Disponível em: <<http://miguelvaldealmeida.net/wp-content/uploads/2008/05/butler-pensamento-critico1.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de A. P. Rouanet. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas, v.1).

BEST, Joel. People count: the social construction of statistics. *The 2002 Joint Statistical Meeting of The American Statistical Association*. Disponível em: <<http://www.statlit.org/pdf/2007SchieldMSS.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2014.

BEST, Joel. *Damned lies and statistics: untangling numbers from the media, politicians, and activists*. California: University of California Press, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 1979.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HACKING, Ian. *La construcción social de qué?* Barcelona, ES: Paidós Ibérica, 2001.

HUBBARD, Phil; KITCHIN, Rob. *Key thinkers on space and place*. London: Sage, 2011.

IBÁÑEZ, Tomás. *Municiones para disidentes*. Barcelona: Gedisa, 2001.

LARANGEIRA, Márcia. *Comunicação, experiência sensível e cidadania: a construção do comum entre comunidades virtuais e espaço urbano*. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MOL, Annemarie. Políticas ontológicas. Uma palavra e algumas questões. In: LAW, John; HASSARD, John (Ed.). *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell, 1999. p.74-89.

PEREIRA, Júlio Cesar R. *Epistemologia e liberalismo: uma introdução à filosofia de Karl R. Popper*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; 2013. Disponível em:
<<http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=261>>. Acesso em: 05 maio de 2014.

SPINK, Mary Jane. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, [s.l.], v. 19, n.1, p.7-14, jan/abr 2007.

_____. Os métodos de pesquisa como linguagem social. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 9-21, 2003.

SPINK, Mary Jane; MENEGON, Vera S. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: Mary Jane Spink. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 63-92.

VON WRIGHT, Georg Henrik. Two Traditions. In: BYNNER, John Morgan; STRIBLEY, Keith M. (org.). *Social research: Principles and procedures*. New York: Longman/Open University Press, 1979, p. 11-16.

CAPÍTULO 02

COMO PENSAMOS ÉTICA EM PESQUISA

Mariana Prioli Cordeiro; Thiago Ribeiro de Freitas;
Simone Peixoto Conejo e George Moraes De Luiz

Ao longo deste livro, falaremos das diferentes maneiras como fazemos pesquisa em psicologia social. Diremos que trabalhamos com grupos, registramos **conversas**¹ informais, fazemos entrevistas, analisamos materiais midiáticos e documentos de domínio público, construímos mapas dialógicos, escrevemos diários de campo (ver capítulo 3, 5, 10 12 e 13), transcrevemos gravações em áudio... Mas, antes disso, é preciso esclarecer que, independentemente do material ou método escolhido, nossas pesquisas têm em comum o fato de partirem de uma postura construcionista, assumirem sua não neutralidade e refletirem sobre os efeitos que produzem. Sendo assim, frequentemente, levantamos questões como: a serviço de quem (ou do que) estamos trabalhando? Quais as implicações que nossos estudos têm na vida das pessoas neles envolvidas? O que concretamente queremos transformar com o conhecimento que produzimos? Por que (e para que) fazemos pesquisa? Essas questões nos remetem a uma reflexão ética sobre a nossa própria produção.

Ética é um termo polissêmico. Possui os mais diferentes significados, dependendo da tradição filosófica assumida. Platão, Espinosa, Kant, Marx... Cada autor(a) terá a sua definição e a considerará mais pertinente do que a dos(as) demais. Por isso, podemos dizer que existe uma luta social pela definição legítima do

¹ Os termos destacados em negrito estão definidos no Glossário de conceitos.

que é ética. Aqui, não temos a pretensão de analisar as tensões e divergências implicadas nessa luta. Queremos apenas apresentar nosso enfoque e mostrar por que o consideramos construtivo.

Primeiramente, é preciso ressaltar que entendemos *ética* como a “[...] ciência que tem por objeto os julgamentos de apreciação sobre os atos considerados bons ou maus” (SPINK, M.J., 2000, p. 12). Além disso, consideramos que a definição do que é bom ou mau, digno ou indigno não é natural, mas fruto de convenções sociais historicamente construídas (e, portanto, passíveis de serem transformadas). Nas palavras de Marilena Chauí (2012):

[...] toda sociedade tende a *naturalizar* a moral, de maneira a assegurar sua perpetuação através dos tempos. De fato, os costumes são anteriores ao nosso nascimento e formam o tecido da sociedade em que vivemos, de modo que acabam sendo considerados inquestionáveis e as sociedades tendem a naturalizá-los (isto é, toma-los como fatos naturais existentes por si mesmos) (p. 386, grifo da autora).

Segundo Chauí (2012), muitas sociedades sacralizam seus costumes a fim de torná-los obrigatórios, ou seja, transformam comportamentos, normas e juízos de valor em questões religiosas. Quem nunca ouviu alguém dizer algo como “não devemos roubar porque é pecado?” Se consideramos que esse juízo de valor é algo social e historicamente construído, podemos questioná-lo – podemos dizer, por exemplo, que defendemos o fim da propriedade privada e que devemos compartilhar tudo o que temos. Mas se acreditamos que ele é uma ordem divina, temos de obedecê-lo. Afinal, quem ousaria desafiar a vontade dos deuses?

Mas é claro que não são somente as religiões que impõem normas que devemos obedecer. Peguemos como exemplo a psicologia. Temos um órgão de classe que determina uma série de proibições e compromissos que guiam a nossa prática profissional e coíbem intervenções que possam trazer prejuízos aos(as) usuários(as) de nossos serviços. Determina que não devemos induzir uma pessoa ou organização a recorrer aos nossos serviços; que não podemos praticar ou ser coniventes com atos de discriminação, violência e

opressão; que nosso trabalho deve respeitar os valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

A palavra “ética” é comumente usada para se referir a esses costumes considerados valores e obrigações para a conduta dos membros de um grupo ou de uma sociedade (CHAUÍ, 2012). Mas é importante destacarmos que essa é apenas uma definição do termo – definição que Mary Jane Spink (2000) chamou de “ética prescritiva”.

Ética prescritiva

Prescrições éticas costumam ser materializadas em códigos, normatizações e resoluções. A necessidade de normatizar e garantir o cumprimento dos deveres éticos nas pesquisas que envolvem a participação de pessoas tem como importante referência o tribunal de Nuremberg, um tribunal militar internacional, constituído na Alemanha em 1945, para julgar os crimes de guerra cometidos pelos nazistas após a Segunda Guerra Mundial. Nessa história, nos chama a atenção o fato de, dentre as pessoas julgadas, encontrarem-se médicos, acusados de sujeitar prisioneiros(as) dos campos de concentração a inúmeras e brutais experimentações científicas. Isto é, nos chama a atenção o fato de barbáries nazistas possuírem o aval da ciência.

Além de garantir o julgamento e a condenação de quem cometera crimes de guerra, as atividades do tribunal formado em Nuremberg possibilitaram a formulação de um código com dez princípios que tratavam de questões éticas referentes a estudos experimentais que envolviam a participação de pessoas. Conhecido como Código de Nuremberg, o documento presava pela participação consentida voluntariamente, sem qualquer tipo de coação, pelo esclarecimento de todos os benefícios e riscos que pudessem resultar dessa participação, assim como pela liberdade de sair do estudo quando o(a) participante julgasse necessário (TRIBUNAL INTERNACIONAL DE NUREMBERG, 1947).

Embora tenha sido considerado um relevante marco no campo da ética, o Código de Nuremberg não integrou o cotidiano dos(as) pesquisadores(as) imediatamente após sua promulgação. Apenas na década de 1960, por meio da Declaração de Helsinque – redigida pela 18ª Assembleia Médica Mundial, em 1964, na Finlândia –, os princípios contidos no Código começaram a integrar a relação entre o(a) pesquisador(a) e os(as) participantes da pesquisa. Com uma crescente expansão da atividade científica na área biomédica, evidenciou-se a necessidade de elaborar regulamentações mais específicas que as apresentadas pelo Código Nuremberg. Desse modo, o texto de Helsinque traz princípios éticos básicos endereçados à orientação de médicos(as) e de pesquisadores(as) na área da saúde para a condução de pesquisas clínicas que envolvem seres humanos, ressaltando a primazia do bem-estar das pessoas em prevalência dos interesses da ciência e da sociedade (ASSOCIAÇÃO MÉDICA MUNDIAL, 2008). Desde sua formulação em Helsinque, o texto da declaração recebeu seis atualizações posteriores, sendo a última datada de 2008, na 59ª Assembleia Geral, ocorrida na Coreia do Sul.

Kipper (2010) destaca a importância da Declaração de Helsinque como patrimônio da humanidade no contexto das pesquisas biomédicas, tendo em vista o fato de que ela serviu como parâmetro para inúmeros documentos sobre ética, produzidos e utilizados posteriormente por instituições, universidades, agências financiadoras, pesquisadores(as), participantes e pela sociedade em geral.

As diretrizes e os princípios apresentados nos documentos internacionais, apesar de não terem força legal no Brasil, norteiam as resoluções brasileiras no que diz respeito ao cumprimento ético dos participantes de pesquisas, considerando sua proteção, bem-estar e segurança. Atualmente, as normas e diretrizes brasileiras para o desenvolvimento de pesquisas que envolvem a participação de seres humanos são garantidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), publicada no *Diário Oficial da União* em 13 de junho de 2013. No entanto, o primeiro documento legal voltado especificamente à normatização ética das pesquisas realizadas em território nacional, também publicado pelo CNS, data

de 1988. Aprovada um ano após a fundação do próprio conselho, a Resolução nº01/88 constituiu um passo importante para o país no campo da ética, visto que trazia um conjunto de regulamentos para a realização de pesquisas na área de saúde, cujas disposições garantiam o respeito à dignidade e à proteção dos direitos e bem-estar de todo ser humano submetido a estudo científico no país (BRASIL, 1988).

Sete anos após a promulgação da resolução de 1988, com a crescente discussão mundial sobre o tema ética e com a demanda de novas abordagens requeridas pelo avanço tecnológico, o CNS deparou-se com a necessidade de revisar o documento em vigência, resultando daí sua revogação e a aprovação de uma nova resolução. A Resolução nº 196/96, publicada no *Diário Oficial da União* em 16 de outubro de 1996, foi elaborada após discussão entre sociedade civil organizada, comunidade científica, “sujeitos” de pesquisa e Estado, permitindo a revisão, a atualização e a criação de novas diretrizes e normas éticas para a execução de pesquisas envolvendo seres humanos.

A resolução promulgada em 1996 é a resolução que permaneceu por mais tempo em vigor no país e incorpora, em seu texto, os quatro eixos básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça. Tal documento da CNS visa assegurar os direitos e deveres da comunidade científica, dos(as) participantes da pesquisa e do Estado (BRASIL, 1996). Para Dirce Guilhem e Débora Diniz (2005), essa resolução tem como finalidade promover controle social. Tal prerrogativa ultrapassaria as esferas técnica e científica, auxiliando na efetivação do controle social no âmbito da ciência. Sob essa ótica, o documento de 1996 propõe a criação de duas instâncias colegiadas, uma nacional, de natureza consultiva, deliberativa, normativa e independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde, denominada Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep); e outra composta por comitês locais, denominados Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), cuja principal função centra-se na apreciação e avaliação de todas as pesquisas que envolvem a participação de seres humanos (BRASIL, 1996).

A resolução está fundamentada por inúmeros documentos internacionais, dentre eles, encontramos os dois supracitados, além do Acordo Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos – aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966 e pelo Congresso Nacional Brasileiro em 1992 –; das Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos – aprovado pelo Council for International Organizations of Medical Sciences (CIOMS), em colaboração com a Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1982, atualizado em 1993 –; e das Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos – também elaborado pelo CIOMS, em 1991. É importante ressaltar que a resolução de 1996 também se embasou na própria legislação brasileira, como na Constituição Federal de 1988, no Código Civil, no Código Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, além de leis e decretos no campo da saúde (BRASIL, 1996).

Ao levarmos em consideração a proeminência desses documentos, temos que ter clareza de que as diretrizes e normas éticas apresentadas nos textos são empreendimentos históricos e coletivos e, portanto, passíveis de modificação. Ainda que tais diretrizes e normas tenham trazido inúmeras contribuições para o campo da ética em pesquisa, uma importante questão reporta-se ao fato de que tanto os documentos internacionais quanto as duas primeiras resoluções brasileiras promulgadas pelo CNS estão embasados em modelos estritamente biomédicos, que por sua vez reproduzem características disciplinares muito específicas e distantes das práticas investigativas das ciências humanas e sociais. E, conforme demonstra Diniz (2008), ainda que a Resolução nº 196/96 objetive ser um documento válido para todas as áreas disciplinares, sua fundamentação normativa e metodológica foram pesquisas no campo médico, com práticas deveras distintas das utilizadas nas ciências humanas e sociais.

A Plataforma Brasil, pode ser utilizada como exemplo dessa situação. Trata-se de uma base *on-line* nacional e unificada de registros de pesquisas que envolvem a participação de seres humanos. No país, os projetos de estudos que envolvem a participação de pessoas devem ser submetidos a uma prévia avaliação por um comitê de ética em pesquisa (CEP). Antes da criação dessa base, o(a) pesquisador(a) enviava diretamente seu

projeto a um CEP. Com o início das suas atividades, o caminho de submissão do projeto à avaliação foi alterado, sendo necessário que o(a) pesquisador(a) primeiro envie seu projeto à Plataforma Brasil, que, em seguida, o encaminha a um CEP correspondente. Como se trata de uma base unificada, o protocolo a ser preenchido pelos(as) pesquisadores(as), independente da área de conhecimento a que pertençam, é o mesmo.

Desse modo, levando em consideração que a Plataforma Brasil segue resoluções, códigos e declarações de normas éticas fundamentadas em um padrão biomédico, podemos dizer que nos é imposta uma plataforma construída em um estilo discursivo que pertence exclusivamente à área médica, e, em muitos momentos, exclui ou não contempla as singularidades das práticas de pesquisas relativas a outras áreas do conhecimento.

A Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde foi produzida na tentativa de responder a essa querela. Em consulta pública organizada pelo CNS em 2011, constatou-se, por meio de quase duas mil sugestões enviadas por correio ou eletronicamente, a necessidade de elaborar “[...] resoluções específicas para as áreas de Ciências Sociais e Humanas” sem que houvesse prejuízos à Resolução CNS 196/96, na época em vigor (BRASIL, 2012. p. 1). Desse modo, a Resolução 466/2012, em seu artigo décimo terceiro, inciso terceiro, tenta responder a esses entraves com a seguinte proposição: “As especificidades éticas das pesquisas nas ciências sociais e humanas e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas serão contempladas em resolução complementar, dadas suas particularidades” (BRASIL, 2013. p. 12).

Atualmente em vigor, essa resolução também está fundamentada em importantes documentos internacionais, como os já citados Código de Nuremberg (1947) e Declaração de Helsinque (2008). E em outros que abordam discussões mais recentes na área da saúde, como a Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos, de 1997, a Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos, de 2003, e a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, de 2004 (BRASIL, 2013).

É importante ressaltar que ainda é cedo para avaliar os impactos da Resolução 466/2012 no cotidiano das pesquisas realizadas no país, contudo é possível notar que, embora o documento dê um passo avante no que tange ao reconhecimento das especificidades éticas nas áreas das ciências sociais e humanas – e de outras que utilizam metodologias próprias –, ele apenas sinaliza que tais singularidades serão tratadas em resoluções complementares, sem esclarecer de forma específica tais particularidades.

Mas mesmo que tivéssemos uma resolução que abarcasse todas essas especificidades, poderíamos nos perguntar: será que seguir diretrizes e normas garante uma postura ética? Para ajudar-nos a pensar sobre essa questão, lembremo-nos do experimento da prisão de Standford, coordenado por Philip Zimbardo.² Realizado em 1971, esse experimento consistiu em simular uma prisão nessa universidade norte-americana, com o intuito de investigar, durante duas semanas, o impacto psicológico do encarceramento de 22 voluntários, recrutados por meio de anúncios locais. Para a realização do experimento houve uma seleção aleatória designando metade dos participantes para assumir o papel de guarda e a outra metade para assumir o papel de prisioneiro. A participação deveria necessariamente ser consentida pelo voluntário, que, ao final do estudo, seria remunerado com a quantia de 15 dólares por dia de permanência no experimento (ZIMBARDO, 1975).

Todos os sujeitos foram avisados de que seriam designados ou para o papel de guarda ou para o de prisioneiro de modo totalmente aleatório e todos concordaram voluntariamente em representar qualquer um dos papéis por 15 dólares por dia, durante duas semanas. Assinaram um contrato, garantindo-lhes uma dieta mínima adequada, roupa, alojamento e cuidados médicos, assim como remuneração financeira em troca

² O filme *O experimento* (EUA, 2010, 95 min. Direção: Paul Scheuring), apesar de dar um toque hollywoodiano aos “fatos”, ajuda a ilustrar sua proposta de pesquisa. Os filmes *O jardineiro fiel* (EUA, 2005, 128 min. Direção: Fernando Meirelles), *Kinsey – vamos falar de sexo* (Alemanha, EUA, 2005, 118 min. Direção: Bill Condon) e *A experiência* (Alemanha, 2001, 114 min. Direção: Oliver Hirschbiegel) também podem auxiliar nessa ilustração.

de sua “intenção” declarada de representar o papel designado enquanto durasse o estudo (p. 41).

Todos os participantes da pesquisa de Zimbardo assinaram termos de consentimento, sabendo que seriam presos e que teriam alguns de seus direitos violados. Além disso, os(as) pesquisadores(as) cumpriram com toda a formalidade exigida em relação às normas de ética em pesquisa vigentes no local e época de realização do estudo. Como aponta Zimbardo (1976, p. 13), “[...] não houve tapeação durante o experimento”; afinal foi dito aos voluntários que eles seriam presos e realmente foi o que aconteceu. No entanto, utilizando as palavras descritas no próprio relatório, os voluntários suportaram durante o experimento: ameaças, agressões físicas e verbais, abuso desumanizante, hostilidade, degradação, sadismo e sofrimento (ZIMBARDO, 1975).

Se considerarmos que os fins justificam os meios, podemos dizer que tal experimento é eticamente aceitável. Afinal, as transformações sociais decorrentes de seus resultados (finalidade), tais como mudanças no sistema prisional e nas estratégias de guerra, justificariam o sofrimento por ele produzido (meio). Mas se, por outro lado, acreditássemos que uma ação é ética dependendo de seus princípios, o experimento de Zimbardo seria altamente condenável.

A experiência relatada é uma referência, com visibilidade internacional, de protocolos de pesquisas que cumprem com regras, normatizações e, no entanto, não garantem uma postura ética. Mas não pense que essas práticas estão espacial e temporalmente distantes de nosso cotidiano de pesquisas. Em 2012, um dos autores deste capítulo participou, como voluntário, de um ensaio clínico promovido por uma indústria farmacêutica com a finalidade de testar um medicamento utilizado no tratamento de verminoses – o objetivo principal do estudo era verificar se a droga testada possuía bioequivalência com uma droga de referência no mercado. Essa experiência lhe permitiu concluir que, embora o estudo seguisse toda prescrição exigida pela resolução em vigor, apresentava algumas questões muito distantes de serem consideradas éticas, como, por exemplo, a remuneração do(a) voluntário(a) pela sua participação na pesquisa.

De acordo com resolução 196/96 (BRASIL, 1996) é vedada qualquer forma de remuneração aos(às) voluntários(as) de uma pesquisa, salvo nos casos de ressarcimento destinados a cobrir despesas decorrentes da participação, como transporte, hospedagem e alimentação. Contudo, a importância paga nunca deve ser de tal monta que possa interferir na autonomia da decisão do indivíduo, ou do seu(ua) responsável, de participar ou não da pesquisa. O ensaio clínico em questão cumpria corretamente essas diretrizes: não remunerava os(as) voluntários(as) e garantia um ressarcimento ao final do estudo. É importante destacar que os testes promovidos pela indústria farmacêutica não consistiam em tratamento terapêutico e, conseqüentemente, não se esperava que a participação no estudo trouxesse qualquer benefício relacionado ao tratamento. Além disso, é uma questão complexa a definição de um valor de ressarcimento que não seja tendencioso e interfira na decisão do(a) voluntário(a). Se levamos em consideração que o ensaio não ofertava benefícios diretos aos(às) participantes – pelo contrário, apresentava inúmeros riscos e desconfortos, além do fato de que a administração de qualquer medicamento implica a possibilidade do aparecimento de reações imprevisíveis –, é difícil pensar em muitas motivações além do interesse no valor do ressarcimento. Desse modo, tal ressarcimento constituía uma prática legítima, que cumpria com as prescrições exigidas; entretanto, na prática, se configurava como uma remuneração por serviços prestados à farmacêutica.

Desse modo, mais do que obedecermos às normas e procedimentos impostos por comitês de ética (ou seja, à ética prescrita), constantemente temos de nos questionar sobre os efeitos que nossas pesquisas produzem. Ou seja, temos de refletir sobre a realidade que queremos contribuir para criar, manter ou transformar através de nossas práticas como psicólogos e psicólogas sociais (CORDEIRO; SPINK, M.J, 2013). Temos de

[...] aceitar que conhecimento não é um caminho intuitivo que avança por conta própria e de maneira inevitável, motivado pela curiosidade humana. Temas de investigação não fazem fila democrática para serem estudados. Somos nós que lhes damos vida, ao formularmos nossas perguntas. Ou seja, as escolhas que

fazemos de temas e as questões que lhes dão forma são, em última instância, opções políticas (SPINK, M. J.; SPINK, P., no prelo, p. 15).

Temos, portanto, de aceitar que as escolhas que fazemos são opções políticas que possuem efeito de realidade. Em outras palavras, temos de aceitar que uma pesquisa não produz somente um conjunto de afirmações sobre a realidade, mas ela é uma prática que interfere em outras práticas, ajudando a criar aquilo que “descobre” (LAW; URRY, 2003). Nesse sentido, ética em pesquisa tem a ver com aquilo que Annemarie Mol (1999, 2002) e John Law (2002) chamam de *política ontológica*.

Ética relativa e dialógica

A palavra “ontologia” refere-se ao que pertence ao real, às condições de possibilidade com as quais vivemos. Desse modo, ao combinar os termos “ontologia” e “política”, Mol (2002) e Law (2002) sugerem que as condições de possibilidade não estão dadas. Que a realidade não precede as práticas mundanas

[...] por meio das quais nós interagimos com ela; mas é, ao invés disso, modelada no interior destas práticas. Então, o termo política serve para sublinhar esse modo ativo, este processo de modelagem e o fato de que seu caráter é tanto aberto quanto contestado (MOL, 1999, p. 75, tradução nossa).

E, se seu caráter é aberto e contestável, a ética entendida como parte de uma política ontológica não é absoluta, mas relativa. Nas palavras de Mary Jane e Peter Spink, ética é, aqui, tratada como “[...] multiplicidade de versões que estão ora em competição, ora em tensão, e também podem estar obliteradas pela necessidade de respostas prontas às demandas do cotidiano de pesquisa” (no prelo, p. 14-15). No entanto, é importante destacarmos que adotar uma postura relativista não significa permitir, incentivar ou dar condições para a barbárie e para a “lei da selva”, ou considerar que toda prática é eticamente aceitável.

Segundo Tomás Ibáñez (2005), assumir tal postura implica admitir que nenhum valor ético é “natural” ou “incondicional”, e que todos os valores morais são equivalentes no que diz respeito à sua *fundamentação última*, no sentido de que esses valores não são transcendentais, como se eles pudessem defender a si próprios. Para o autor, essa naturalização rejeitada pelo relativismo – naturalização que retrata a moral como um sistema permanente e atemporal, que seria imposto pela própria razão – enseja uma dupla violência: em primeiro lugar, ela questiona a racionalidade daqueles que divergem do sistema moral dominante (só um “bárbaro”, um “selvagem”, poderia, por exemplo, legitimar “práticas terroristas” contra os Estados Unidos). Em segundo lugar, ao ocultar as relações de força “por detrás” desse sistema – fazendo crer que a “bandeira” de uns (dos dominantes) é, na verdade, “bandeira” de todos (dominantes e dominados) –, ela legitima o monopólio do uso da força por parte dos primeiros. Afinal, se os valores éticos são objetivos, a única força de inquestionável legitimidade é aquela empregada para impedir a transgressão dos valores dominantes, ou seja, é aquela empregada contra os “irracionais”. Recordemos, aqui, de Guantánamo. O terror contra os “terroristas” era tido como legítimo à medida que conservava o “mundo”, a “cultura”, os “valores” ocidentais.

Desse modo, podemos dizer que os valores que sustentam a atuação dos Médicos sem Fronteiras, por exemplo, não estão melhor fundamentados do que aqueles que sustentam o fascismo. Afinal,

[...] se o relativista tivesse que recorrer ao critério da fundamentação dos valores para estabelecer que valores são melhores que os outros, desembocaria, efetivamente, na conclusão de que nenhum é melhor e que todos são equivalentes entre si. Mas o que caracteriza o relativismo é, precisamente, o mais profundo rechaço do critério da fundamentação para discriminar entre os valores. Assim, nada obriga um relativista a afirmar que não há valores melhores que outros (...) Da afirmação de que não há valores que sejam *objetivamente* melhores que outros porque todos carecem de *fundamentação última*, não se pode extrapolar a afirmação de que não é possível

estabelecer diferenças entre os valores (IBÁÑEZ, 2005, p. 49, grifos do autor, tradução nossa).

Além disso, se, como afirmam os(as) antirrelativistas, a fundamentação (ou a objetividade) fosse o critério decisivo, e se alguém conseguisse provar que os valores que sustentam o fascismo estão melhor fundamentados do que aqueles que o rechaçam, nos veríamos obrigados(as) a aceitar tal prática.

Assim como o absolutista, o relativista proclama que certos valores são *melhores* que outros, que prefere certas *formas de vida* a outras, e que está disposto a lutar por elas, se necessário. No entanto, ao contrário do absolutista, o relativista proclama, ao mesmo tempo, que esses valores que assume como *melhores* carecem de toda *fundamentação última*, e que são equivalentes a qualquer outro valor, apenas no que diz respeito a essa ausência de *fundamentação última* (IBÁÑEZ, 2005, p. 50, tradução nossa, grifos do autor).

Se for um(a) antifascista, o(a) absolutista argumentará que os valores que os(as) nazistas defendem são objetivamente rechaçáveis ou, ainda, que os valores que respeitam transgridem normas éticas inquestionáveis. Já um(a) relativista só poderá se posicionar contra um(a) nazista opondo seus próprios valores aos dele(a) e explicitando as razões para tal contraposição (IBÁÑEZ, 2005). Nesse sentido, ao assumirmos uma concepção relativista de ética estamos, também, defendendo sua dialogicidade. Ou seja, estamos defendendo a importância de a ética ser entendida não como uma prescrição, mas como algo que é coconstruído, negociado, (re)significado por diferentes **vozes** – isso não significa, obviamente, que em nossas pesquisas desconsideremos a ética prescritiva dos códigos, e sim que enfocamos a competência ética de todos(as) os(as) envolvidos(as) no processo de definição dos valores e das normas de conduta. Assumir essa concepção de ética tampouco significa abrir mão do aclamado “rigor científico”. Mas implica pensar a questão de um modo diferente daquele a que estamos habituados(as).

A questão do rigor científico

Ao longo deste capítulo dissemos que entendemos pesquisa como uma prática social, de caráter processual, atravessada por questões de poder, morais, políticas, teóricas e culturais. E tal como qualquer prática social, o sucesso e a legitimação de uma pesquisa dependem da possibilidade de comunicação de seus resultados. E comunicamos os resultados de nossos estudos de diferentes maneiras, através de diferentes veículos de comunicação: redigimos relatórios, escrevemos teses de doutorado e dissertações de mestrado, publicamos artigos, livros e capítulos, apresentamos nossos trabalhos em eventos científicos etc. Ao fazer isso, apresentamos o acervo de informações com as quais estamos lidando, os caminhos que percorremos para realizar nossas análises e o conhecimento novo que produzimos. De acordo com Mary Jane Spink e Helena Lima (1999, p. 94),³

[...] essa é uma proposição aparentemente simples e suficientemente compreendida por todos nós que passamos por processos de formação em pesquisa (...). Entretanto, a aparente simplicidade das regras da boa apresentação esconde questões deveras complexas. Qual é, por exemplo, o conceito subjacente de evidência que nos possibilita atribuir aos nossos dados o estatuto de representação do *real*? Como nos apropriamos dessas evidências e as traduzimos de seus estados brutos para uma nova linguagem – a da interpretação? Qual é, ainda, o estatuto de objetividade que resulta dessa confluência de evidência e interpretação?

Guiados(as) por essas questões, neste tópico buscaremos explicitar o modo como compreendemos a questão do rigor em nossas pesquisas. Primeiramente, consideramos importante salientar que discordamos da dicotomia que associa aquilo que pode ser mensurado ao rigor e aquilo que não é mensurável ao subjetivo e, portanto, menos rigoroso. Afinal, nessa divisão, “[...] o rigor fica

³ A presente obra também pode ser encontrada em versão digital: <<http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=261>>. Acesso em 03 maio. 2014.

frequentemente depositado na triangulação entre replicabilidade, generabilidade e fidedignidade, sendo essas noções tributárias do parâmetro científico de verdade concebidas como correspondência com a realidade” (SPINK, M.J.; LIMA, 1999, p. 102). Esse modo de compreensão é acompanhado por problemáticas importantes. Entre elas destacamos as seguintes:

1) *A valorização excessiva de uma narrativa criada por meio de números*: a quantificação pode ser um dos mais poderosos instrumentos de legitimação de afirmações, especialmente quando é utilizada para fortalecer o ponto de vista defendido pelo(a) autor(a) da narrativa. Imaginemos duas manchetes de jornal, uma dizendo “colesterol alto afeta a saúde de muitos brasileiros e brasileiras” e a outra afirmando que “40% da população brasileira sofre de colesterol alto”. Qual delas produz mais impacto? Sem dúvida, a segunda. Afinal, a palavra “muitos” é pouco precisa (pode se referir, por exemplo, a 40, a 400, a 4.000 ou a 4.000.000 de pessoas), enquanto a taxa “40%” nos remete à ideia de que uma pesquisa científica foi realizada e que, após complexos cálculos estatísticos, chegou-se à conclusão de que quase metade da população brasileira apresenta essa condição de saúde. Afinal, tendemos a tratar números como se fossem “científicos”, rigorosos, representações fidedignas da “realidade” e, portanto, isentos de qualquer questionamento – tal como diz a máxima, “contra os números não há argumentos”.

No entanto, segundo Joel Best (1987; 2003), não podemos nos esquecer de que todo dado estatístico é sempre uma produção humana – para produzi-lo, o(a) pesquisador(a) deve fazer escolhas, deve decidir o que contar (a amostra) e como contar (o método). E, como qualquer escolha, essas decisões são arbitrarias e influenciam nos resultados do estudo. Por exemplo, um(a) pesquisador(a) pode considerar que todas as pessoas que possuem níveis de colesterol total igual ou superior a 250 mg/dl estão fora dos padrões de normalidade. Seu(ua) colega pode fazer um estudo semelhante, mas, ao invés de usar um só parâmetro, pode decidir comparar os resultados de cada “sujeito” da pesquisa ao esperado para seu gênero e faixa etária, chegando a resultados bastante diferentes. Dizer que números são produções humanas, fruto de escolhas arbitrarias, não significa dizer que sejam, necessariamente,

imperfeitos ou que estejam incorretos, mas significa dizer que eles devem ser lidos criticamente. Ou seja, que sua utilização deve ser acompanhada pela problematização de consequências e interesses envolvidos e daquilo que é construído a partir dessa perspectiva (SPINK, M.J.; MENEGON, 1999; SPINK, M.J., LIMA, 1999).

2) *A tentativa de controlar a subjetividade do(a) pesquisador(a)*: a produção de conhecimento ocorre na fluidez das relações sociais – e não podemos nos esquecer que como os(as) pesquisadores(as) diferem entre si as relações que eles(as) estabelecem tendem também a ser distintas. Afinal, eles(as) possuem diferentes experiências de vida, trabalham com conceitos diversos e, muitas vezes, lidam com um mesmo fenômeno de modos distintos. Podemos dizer até mesmo que a singularidade do(a) pesquisador(a) está presente em cada etapa do processo de pesquisa, afinal, suas vivências interferem na escolha da temática estudada, no uso de recursos teóricos, nas estratégias de produção e análise de informações, nos recursos utilizados para a comunicação dos resultados etc. Não existe, portanto, neutralidade no fazer científico.

Assumir o papel ativo do(a) pesquisador(a) tem implicações éticas importantes. Se ele(a) não é um mero(a) mediador(a), cujo papel é apenas o de desvelar a “realidade”, mas um agente ativo, cujas práticas contribuem para construir a “realidade” que se propõe a estudar, é preciso que reflita sobre os efeitos que suas escolhas e ações produzem (CORDEIRO, SPINK, M.J., 2013; SPINK, M.J., LIMA, 1999; SPINK, M.J., MENEGON, 1999).

3) *A simplificação da objetividade em pesquisa*: aqueles(as) que adotam uma postura realista e defendem que a ciência é um “espelho da natureza” tendem a pensar pesquisa como aquilo que lhes permite superar o abismo entre suas representações e a realidade. Inspiradas pela obra de Steve Woolgar (1988), Mary Jane Spink e Vera Menegon (1999) sugerem que esse “abismo” se faz presente por meio de três formas de “horrores metodológicos”: a indexicalidade, a inconclusividade e a reflexividade. Para as autoras, o primeiro desses “horrores” refere-se à vinculação com o contexto, ou seja, à situacionalidade, ao fato de que quando uma situação muda, mudam também os **sentidos** a ela atribuídos.

Na perspectiva realista o controle da indexicalidade dá-se a partir dos critérios de validade e fidedignidade. A validade refere-se ao grau de correspondência entre a medida e o que está sendo medido; a fidedignidade, por sua vez, é definida pela replicabilidade dessas medidas. Os dois critérios estão associados ao instrumento de medida ou de acesso à realidade (SPINK, M.J.; MENEGON, 1999, p. 86).

Em nossas pesquisas rejeitamos essa perspectiva e consideramos que, como a realidade é um fenômeno social, histórico e dinâmico, esses critérios precisam ser repensados. Afinal, como replicar resultados se estamos sempre lidando com pessoas, momentos e contextos diferentes? Desse modo, nossas pesquisas não visam a replicabilidade, mas a especificidade. E a “indexicalidade deixa assim de ser um *horror metodológico*, passando a ser um elemento intrínseco dos procedimentos de pesquisa, tornando-se responsabilidade do pesquisador a descrição e exploração plena do contexto de pesquisa.” (SPINK, M.J.; MENEGON, 1999, p. 87, grifos das autoras).

Já a inconclusividade refere-se à complexidade dos fenômenos sociais e à conseqüente impossibilidade de controlar todas as variáveis que o determinam. Ela constitui um “horror metodológico” para aqueles(as) que adotam uma postura realista uma vez que faz com que seja impossível generalizar resultados.

A reflexividade, por sua vez, “[...] refere-se à espiral da interpretação e aos efeitos da presença do pesquisador nos resultados da pesquisa” (SPINK, M.J.; MENEGON, 1999, p. 88). E é considerada pelos(as) “realistas” um “horror metodológico” à medida que impossibilita a neutralidade da ciência. Já nas pesquisas que adotam uma **perspectiva construcionista**, a não neutralidade da ciência não é um problema. Muito pelo contrário. Aqui, a subjetividade do(a) pesquisador(a) é entendida como mais um recurso do processo de pesquisa. Qualquer trabalho objetivo é estruturado e envolvido pela subjetividade, assim o rigor passa pela explicitação da posição do(a) pesquisador(a), implica a reflexão sobre seus valores, interesses, contextos, influências e possibilidades de interpretação.

Objetividade e intersubjetividade são processos complexos, atrelados e dialógicos. Assim sendo, o rigor passa pela objetividade possível. A objetividade não é abandonada, mas é concebida como pressuposto básico da intersubjetividade. É ressignificada como visibilidade – sendo que visibilidade implica a apresentação do acervo de informações e a explicitação dos passos de análise e interpretação propiciando o diálogo (com a comunidade científica ou não científica) (SPINK, M.J.; LIMA, 1999).

Em suma, na forma como concebemos a questão do rigor em pesquisas científicas questões como validação e fidedignidade sedem espaço a reflexões sobre ética, reflexividade e polissemia. E são justamente essas reflexões que orientam o modo como nos posicionamos como pesquisadores(as) e nos relacionamos com nossos(as) interlocutores(as), tal como apresentamos no próximo tópico.

Alguns cuidados éticos

1) Antes de iniciarmos pesquisas com seres humanos, pedimos que todos(as) os(as) participantes assinem um termo de *consentimento livre e esclarecido* (ou consentimento informado), no qual explicitamos os objetivos e procedimentos de nossas pesquisas, informamos nossos contatos, garantimos o anonimato (caso este seja requerido), bem como a possibilidade de desistência e de pedido de esclarecimento sobre a pesquisa, a qualquer momento. No entanto, é importante ressaltarmos que não usamos o consentimento livre e esclarecido apenas como um instrumento de proteção de sujeitos vulnerabilizados ou como uma mera exigência dos comitês de ética, mas como um *acordo inicial*, que simboliza uma *parceria* e abre espaço para *discussão* sobre os objetivos, procedimentos e os pressupostos que norteiam nossas pesquisas. Nas palavras de Mary Jane Spink (2000, p. 20-21):

[...] como contrato de colaboração, o consentimento informado é tomado como um procedimento consensual, passível de revisão, sendo que a possibilidade de desfazer o acordo é cláusula fundamental do

consentimento informado. Tem como princípio básico a transparência. Pensada na perspectiva da colaboração, a informação é essencial para que haja compreensão dos procedimentos, assim como dos direitos e deveres de cada um.

Por ser um contrato de colaboração, é preciso que os(as) participantes tenham capacidade cognitiva e emocional para compreender a proposta da pesquisa e suas possíveis decorrências, a fim de que possam decidir sobre sua participação, ou não, no estudo apresentado. Para isso, usamos uma linguagem corriqueira e evitamos o uso de termos técnicos e jargões científicos.⁴

Em casos específicos alguns cuidados adicionais devem ser tomados para garantir tal acessibilidade: quando os(as) participantes são analfabetos(as), não podemos pedir que assinem um papel que não conseguem ler – afinal, essa atitude não somente restringiria a dialogicidade, como poderia ser considerada uma forma de violência simbólica. Em casos como esse, optamos por gravar seu consentimento oral. Ou seja, explicamos de forma clara e precisa nossos objetivos e compromissos e perguntamos se eles(as) aceitam participar de nossa investigação. Cuidado semelhante temos de ter quando nossos(as) participantes possuem alguma deficiência física que os(as) impeça de escrever (como, por exemplo, tetraplegia, paralisia cerebral etc.).

Quando realizamos pesquisas que envolvem crianças, são os pais ou seus responsáveis que autorizam a participação. No entanto, isso não significa que elas não precisam participar do contrato de colaboração. Muito pelo contrário! Acreditamos que o termo de consentimento pode e deve ser explicado oralmente às crianças em uma linguagem acessível. Além disso, a criança precisa ser questionada sobre sua vontade de participar da pesquisa e é necessário respeitar sua decisão, mesmo que o(a) responsável tenha autorizado sua participação no estudo.

⁴ Mesmo que pareça uma atitude evidente, ela nem sempre ocorre. Na pesquisa de Vera Menegon (2006), por exemplo, foram encontrados termos de consentimento escritos em linguagem jurídica, voltados, sobretudo, à proteção das instituições e/ou pesquisadores(as) responsáveis pelos procedimentos, e não à promoção de dialogicidade e à garantia dos direitos dos(as) participantes.

No entanto, é preciso ressaltarmos que, mesmo tomando todos esses cuidados, nem sempre conseguimos assegurar a construção de uma relação dialógica – daí a importância de estarmos sempre abertos(as) a negociações, revisões no termo de consentimento e mudanças no modo como nos posicionamos como pesquisadores(as). A experiência vivenciada por um dos autores deste capítulo nos ajuda a ilustrar essa situação. Durante as entrevistas de sua pesquisa de doutorado (em andamento), o termo de consentimento representou para alguns(mas) participantes fonte de insegurança, medo, angústias e sofrimentos. As entrevistas foram realizadas com pantaneiros(as) e ribeirinhos(as) da região rural no Pantanal mato-grossense e tinham como objetivo entender a convivência da população local com o ciclo de cheias anuais.

O pesquisador, que é da região estudada, procurou estabelecer e/ou fortalecer vínculos de confiança com os(as) colaboradores(as) do estudo, de modo a não deixar dúvidas quanto à sua intenção naquele contexto. Para tanto, aproximou-se dos(as) participantes sempre na presença de alguém ligado a eles(as): amigo(a), parente etc. Essas pessoas eram todas da rede do pesquisador e o conheciam bem. Porém, apesar do cuidado tomado, os efeitos do uso do termo de consentimento foram variados e são ilustrados a partir de três situações.

Na primeira, o pesquisador chegou acompanhado de um amigo de um casal de moradores de uma fazenda localizada na região de Nossa Senhora do Livramento (MT). Ele passou o dia acompanhando a rotina dos proprietários, comeu, conversou sobre assuntos variados, deu muitas risadas e, em seguida, falou sobre sua pesquisa. O casal aceitou participar do estudo; porém, ao explicar a necessidade da assinatura do termo de consentimento a disposição inicial mudou completamente. Um clima de tensão tomou conta do ambiente. Alterações físicas e na fala sinalizaram a desconfiança e o medo do colaborador. O pesquisador enfatizou que somente poderia utilizar tais informações se ele consentisse formalmente em participar da pesquisa, por meio daquele termo, acrescentando que o colaborador era livre para participar ou não do estudo. O amigo que acompanhava o pesquisador interveio, falando um pouco mais sobre o doutorando. Por fim, o casal aceitou contribuir com o estudo.

Na mesma região, o pesquisador foi a outra fazenda, próxima da anterior, também acompanhado por um amigo do casal proprietário. Após ter passeado pelas terras, de ter tomado um café e conversado com os donos da fazenda sobre diversos assuntos, iniciou uma fala sobre a pesquisa. Ambos aceitaram participar do estudo; porém, no momento da assinatura do termo de consentimento a participante, sempre muito desconfiada, perguntou se aquele documento não era de venda de boi e se depois que fossemos embora não apareceriam na propriedade pessoas para buscar os animais. O pesquisador retomou a explicação do sentido do termo e, por fim, eles aceitaram participar do estudo.

Na terceira situação, já no município de Barão de Melgaço (MT), o pesquisador foi a uma localidade à beira do rio Cuiabá onde morava um casal de ribeirinhos. Durante sua estadia na casa, o pesquisador, acompanhado por dois parentes desses moradores, participou de conversas cotidianas, como notícias dos demais membros da família. Em seguida, o pesquisador falou do estudo e convidou o casal para contribuir, que prontamente aceitou participar. No entanto, ao serem informados de que precisariam assinar o termo de consentimento eles ficaram com medo e desconfiados. O colaborador questionou o pesquisador quanto ao eventual uso das informações com objetivos políticos. Mais precisamente, questionou se o documento não seria utilizado para justificar a retirada da população ribeirinha do Pantanal. Isso porque alguns políticos já tinham tentado removê-los dali. Dadas às garantias e esclarecidas as angústias, o casal contribuiu com o estudo.

Nos três casos relatados – e em outros vivenciados pelo pesquisador durante seu trabalho de campo – foi preciso criar elementos que deixassem claro aos/às pantaneiros(as) e ribeirinhos(as) a necessidade do uso do termo de consentimento. Para tanto, o pesquisador criou uma analogia a partir de algo recorrente na própria fala deles: a questão das novas leis ambientais. Explicou que, assim como os(as) pantaneiros(as) e ribeirinhos(as) atualmente não podem fazer intervenções no *habitat* onde moram sem a autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e/ou da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), o pesquisador também não poderia utilizar as informações da

entrevista sem a autorização dos(as) participantes. Tal analogia ajudou a esclarecer a função do termo de consentimento no contexto de pesquisa.

Em razão do termo ter significado fonte de sofrimento para alguns(mas) participantes e pautado no princípio da ética dialógica, o pesquisador manteve contato telefônico frequente com os(as) colaboradores(as) logo após o período de entrevistas. Essa foi a alternativa encontrada diante da impossibilidade de ouvi-los face a face, uma vez que o pesquisador encontrava-se em atividades de doutorado em São Paulo (SP). Pouco tempo depois, notou que a angústia, os medos e os receios foram diminuindo. Os(as) colaboradores(as) ficavam felizes com cada ligação e convidavam o pesquisador para voltar às comunidades. Dessa forma, ele conseguiu lidar com os efeitos negativos gerados pelo termo de consentimento.

2) Quando fazemos pesquisa envolvendo seres humanos, também tomamos cuidado para não estabelecer *relações de poder abusivas*. Ou seja, buscamos estabelecer uma relação de confiança, que assegure aos(às) participantes o direito de não revelação ou de revelação velada, bem como o desligamento do gravador. Além disso, buscamos ser sensíveis quanto aos limites apropriados da revelação (SPINK, M.J., 2000). Afinal, de nada adianta ter um belo termo de consentimento informado se nossos(as) participantes sentem-se obrigados(as) a responder a todas as nossas perguntas, como se estivessem em um inquérito policial!

3) Quando solicitado, garantimos o anonimato dos(as) participantes. Isso significa não somente omitir seus nomes e sobrenomes, mas qualquer informação que permita que os(as) leitores(as) os(as) identifiquem. De nada adianta, por exemplo, omitirmos o nome de uma entrevistada se, em nosso relatório de pesquisa, afirmamos que ela é psicóloga, tem 34 anos, trabalha no CRAS⁵ da Vila Medeiros, fez graduação na PUC-SP... Com todas essas informações, um(a) leitor(a) que conheça os serviços socioassistenciais da cidade de São Paulo conseguirá facilmente identificá-la.

⁵ Centro de Referência da Assistência Social.

Ainda que sejamos menos detalhistas ao descrever os(as) participantes de nossa pesquisa, temos de refletir sobre o destino que nossa produção terá e suas possíveis implicações. Por exemplo, quando pedimos autorização para fazer pesquisa em uma instituição (seja ela pública ou privada), nos comprometemos a entregar à pessoa responsável uma cópia do relatório final. Nesses casos, é nosso dever evitar que as informações nele apresentadas causem prejuízos aos(às) nossos(as) colaboradores(as). Voltando ao exemplo do CRAS, imaginemos que durante a entrevista a psicóloga tenha tecido uma série de críticas à sua gerente e ao modo de organização do serviço. Dependendo da maneira como descrevemos suas críticas (e da possibilidade de colegas e chefes a identificarem), podemos lhe causar situações de constrangimento e até mesmo punições.

Temos, também, de considerar que nem sempre é possível garantir plenamente o anonimato, “[...] visto ser o caráter público da pesquisa incompatível com o segredo implícito na confidencialidade” (SPINK, M.J., 2000, p. 21). Além disso, há casos em que os(as) participantes querem ser identificados(as) – isso é bastante comum quando entrevistamos, por exemplo, membros de movimentos sociais. Por essa razão, em alguns casos, elaboramos o termo de consentimento com a possibilidade de escolha e pedimos que o(a) participante assinale a opção que melhor lhe convier (“quero que meu anonimato seja mantido” ou “não quero que meu anonimato seja mantido”).

Considerações finais

Neste capítulo, dissemos que há diferentes maneiras de entender ética em pesquisa, mas que buscamos pensar essa temática enfocando seu caráter dialógico e relativo. Dissemos que nossa concepção de ciência influencia o modo como entendemos rigor científico para, em seguida, indicar alguns cuidados éticos. Esses, todavia, não devem ser vistos como prescrições a serem seguidas à risca, pois, caso sejam, então cairíamos em contradição com a nossa própria concepção de ética. Assim, esses cuidados devem ser lidos apenas como algumas diretrizes, que devem ser permanentemente colocadas em discussão.

Referências

ASSOCIAÇÃO MÉDICA MUNDIAL. *Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial, de outubro de 2008*. Dispõe sobre os princípios éticos para a pesquisa médica envolvendo seres humanos. Seul, outubro de 2008. Disponível em: <http://www.icflab.com.br/site/arquivos/downloads/declaracao-de-helsinque-da-associao-medica-mundial-emenda-de-outubro-de-2008-1476015.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2014.

BEST, Joel. Rhetoric in claims-making: constructing the missing children problem. *Social Problems*, [s.l.], v. 34, n. 2, p. 102-121, 1987.

_____. Audiences evaluate statistics. In: BEST, Joel; LOSEKE, Donileen E. (Eds.). *Social problems: constructionist readings*. New York: Walter de Gruyter, 2003. p. 43-50.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Publicada no Diário Oficial da União em 13 de junho de 2013. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 12 dez. 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 10 out. 1996. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/resolucoes.htm. Acesso em: 20 fev. 2014.

_____. Resolução nº 001, de 13 de junho de 1988. Regulamenta o credenciamento de centros de pesquisa no país e recomenda a criação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em cada centro. Brasília, 1988. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/resolucoes.htm. Acesso em: 20 fev. 2014.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 14. ed. São Paulo: Ática, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília, ago. 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp->

content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013.

CORDEIRO, Mariana; SPINK, Mary Jane. Por uma psicologia social não perspectivista: contribuições de Annemarie Mol. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 338-356, 2013.

DINIZ, Débora. Ética na pesquisa em ciências humanas – novos desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 417-426, 2008.

GUILHEM, Dirce; DINIZ, Débora. A ética em pesquisa no Brasil. In: DINIZ, Débora; GUILHEM, Dirce.; SCHÜKLENK, Udo (Org.). *Ética na pesquisa: experiência de treinamento em países sul-africanos*. Brasília: Letras Livres - Ed. UNB, 2005.

IBAÑEZ, Tomás. *Contra la dominación: variaciones sobre la salvaje exigencia de libertad que brota del relativismo y de las consonancias entre Casoriadis, Foucault, Rorty y Serres*. Barcelona: Gedisa, 2005.

KIPPER, Délio. Breve história da ética em pesquisa. *Revista da AMRIGS*, Porto Alegre, v. 54, n. 2, p. 224-228, abr.-jun. 2010

LAW, John. *Aircraft stories: decentering the object in technoscience*. Durham: Duke University Press, 2002.

LAW, John; URRY, John. *Enacting the social*. Lancaster, LA: Centre for Science Studies and Department of Sociology, Lancaster University, 2003. Disponível em: <<http://www.lancaster.ac.uk/sociology/research/publications/papers/law-urry-enacting-the-social.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

MENEGON, Vera S. M. *Entre a linguagem dos direitos e a linguagem dos riscos: consentimentos informados na reprodução humana assistida*. São Paulo: FAPESP/EDUC, 2006.

MOL, Annemarie. Ontological politics: a word and some questions. In: LAW, John; HASSARD, John (Orgs.), *Actor network theory and after*. Oxford: Blackwell Publishing, 1999. p. 74-89.

MOL, Annemarie. *The body multiple: ontology in medical practice*. Londres: Duke University Press, 2002.

TRIBUNAL INTERNACIONAL DE NUREMBERG. *Código de Nuremberg*. Nuremberg, 1947. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/bioetica/nuremcod.htm>>. Acesso: 15 fev. 2014.

SPINK, Mary Jane. A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. *Revista Semestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS*, [s.l.], 2000, v. 31, n. 1, jan./jul., p. 7-22. Disponível em: <<http://maryjanespink.blogspot.com.br/p/artigos.html>>. Acesso em: 10 out. 2013.

SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, Mary Jane. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 93-122.

SPINK, Mary Jane.; MENEGON, Vera. A pesquisa como prática discursiva. In: SPINK, Mary Jane. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 63-92.

SPINK, Mary Jane; SPINK, Peter K. Produzir conhecimento não é um ato banal: um olhar (pós)construcionista sobre ética na pesquisa. In: LORENZI, Carla e colaboradores(as). *Construcionismo social: discurso, prática e produção de conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos. (no prelo).

WOOLGAR, Steve. *Science: the very idea*. Chichester: Ellis Horwood; London: Tavistock, 1988.

ZIMBARDO, Philip. Philip Zimbardo: uma entrevista. In: EVANS, R. I. *Construtores da psicologia*. São Paulo: Summus/Edusp, 1976.

ZIMBARDO, Philip. On transforming experimental research into advocacy for social change. In: DEUTSCH, M.; HORNSTEIN, H. *Applying Social Psychology*. Hillsdale: Erlbaum, 1975.p. 33-66.